



RELA- TÓRIO ANUAL

2018

SICOOB CENTRAL NE

The background of the cover features a repeating pattern of light green lines forming a series of overlapping triangles and rounded rectangles. A large teal shape, resembling a trapezoid with a pointed right side, is positioned in the center-left. A purple rounded rectangle is attached to the right side of the teal shape.

**RELA-
TÓRIO
ANUAL**

2018

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE	05
EDITAL DE CONVOCAÇÃO	06
DESEMPENHO DO SICOOB NE 2018	06
BALANÇO PATRIMONIAL.....	09
DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	12
NOTAS EXPLICATIVAS	13
PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE	27
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	30

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Sicoob Nordeste tem muito o que comemorar em 2018. Mesmo na contramão do mercado financeiro nacional, alcançamos marcas significativas como o nosso sonhado R\$ 1 bilhão de ativos, onde obtivemos um crescimento de 51% em recursos. Além do mais, somos o sistema regional que mais têm crescido nos últimos três anos. Tudo isso fruto do trabalho focado das nossas Singulares, frente às estratégias regionais e da credibilidade da nossa marca por parte dos nossos cooperados.

Ainda no quesito crescimento, no Sicoob Nordeste foram inaugurados 9 pontos de atendimentos, totalizando 72 agências espalhadas por toda região Nordeste, além da chegada do Sicoob Rio Grande do Norte, ampliando a área de atuação naquele Estado. Esse avanço contribui bastante fomentando, fortalecendo e potencializando a economia local.

No final de 2018 realizamos mais um Workshop de Negócios & Metas, o maior encontro de líderes do Sicoob NE. A edição desse ano contou com novidades na programação, como a premiação das agências Sicoob com o melhor Índice de Aproveitamento por Produto, o IAP.

O ano de 2018 foi desafiador, mas, provamos que através do cooperativismo é possível fazer a diferença no mercado. Nosso caminho é longo, mas com certeza em 2019 vamos seguir juntos e alcançando os objetivos almejados. Pois, somente unidos somos mais fortes!

José Evaldo Campos

Presidente do Sicoob Central NE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária

O Presidente do Conselho de Administração da Central das Cooperativas de Crédito do Nordeste - Sicoob Central NE, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca as 13 (treze) Filiadas, em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, que se realizará no Hotel Verdegreen, na Av. João Maurício, nº 255 – Manaíra - João Pessoa/PB, por falta de acomodações na Sede Social, no dia 22/03/2019 às 11h30, com a presença de 2/3 (dois terços) das Filiadas, em primeira convocação; às 12h30, com a presença de metade mais um das Filiadas, em segunda convocação; ou às 13h30, com a presença de no mínimo 03 (três) das Filiadas, em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõem a ordem do dia:

Assembleia Geral Extraordinária

1. Reforma do Estatuto Social;
2. Política Institucional de Governança Corporativa.

Assembleia Geral Ordinária

1. Prestação das contas do exercício de 2018;
2. Destinação do resultado do exercício 2018;
3. Fixação do valor das cédulas de presença, honorários e gratificações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e do valor global para pagamento dos honorários, gratificações e benefícios dos membros da Diretoria Executiva;
4. Eleição dos componentes do Conselho de Administração;
5. Outros assuntos de interesse social, sem caráter deliberativo.

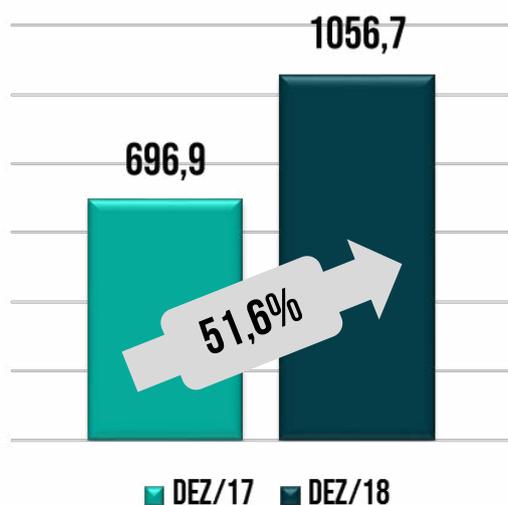
Cabedelo/PB, 01 de março de 2019.

José Evaldo Campos
Presidente

DESEMPENHO SICOOB NE 2018

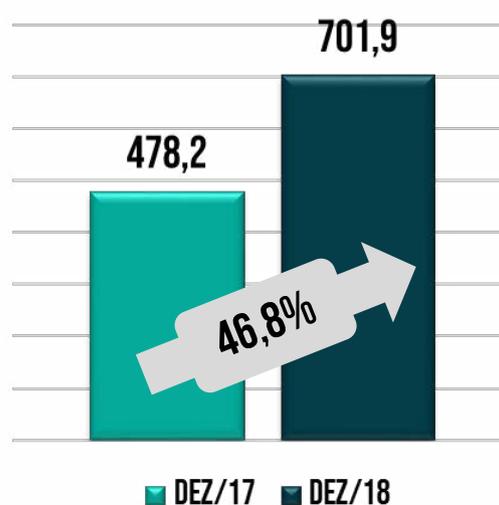
ATIVOS

META: 105,7%



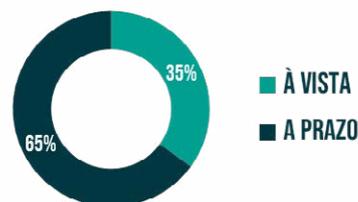
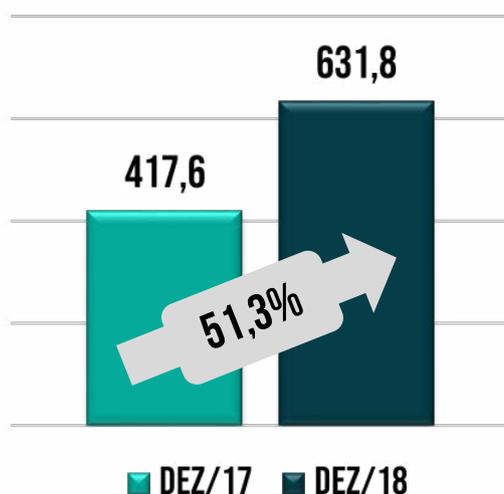
CARTEIRA DE CRÉDITO

META: 97,9%



DEPÓSITOS

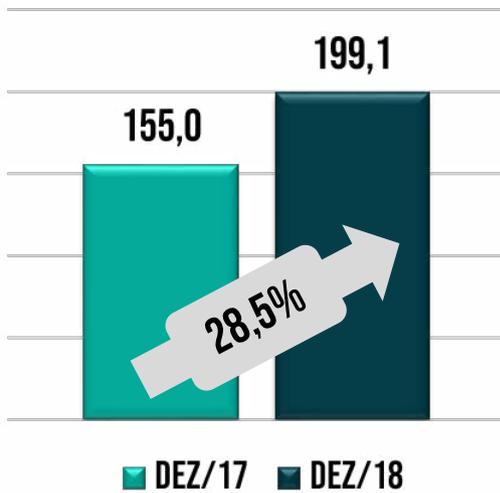
META: 94,2%



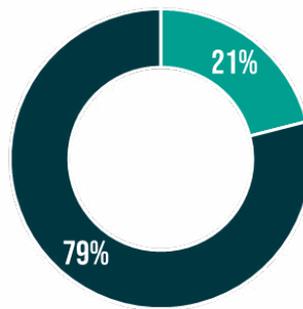
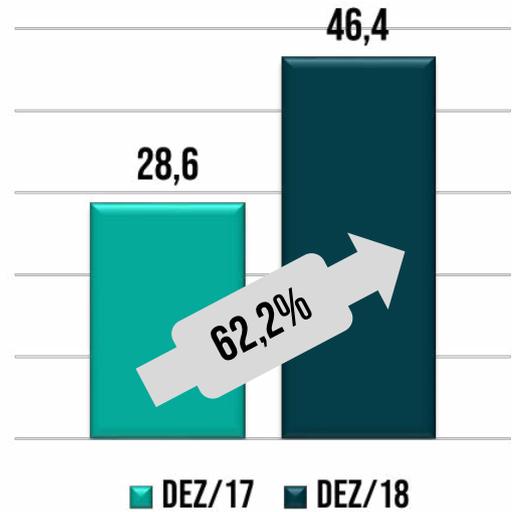
DESEMPENHO SICOOB NE 2018

CAPITAL

META: 109,6%



RESULTADO BRUTO



■ JUROS ■ SOBRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Para os exercícios findos em 31 dezembro de 2018 e 2017

ATIVO	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		233.339.294,82	156.968.175,25
Disponibilidades		3.989,16	5.198,81
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	105.677.961,94	56.941.598,38
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		105.677.961,94	56.941.598,38
Títulos e Valores Mobiliários	6	94.051.654,07	73.210.163,39
Carteira Própria		94.051.654,07	73.210.163,39
Operações de Crédito	7	32.468.416,45	25.971.602,00
Operações de Crédito		32.486.385,50	25.937.570,48
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(17.969,05)	34.031,52
Outros Créditos		1.019.579,41	744.716,24
Rendas a Receber		53,07	515.075,03
Diversos		1.019.526,34	229.641,21
Outros Valores e Bens		117.693,79	94.896,43
Outros Valores e Bens		26.220,78	25.645,73
Despesas Antecipadas		91.473,01	69.250,70
Não Circulante		13.729.946,10	11.361.145,81
Realizável a Longo Prazo		4.266.738,08	2.232.865,06
Operações de Crédito		4.189.768,35	2.232.865,06
Operações de Crédito		4.210.822,46	2.402.254,70
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(21.054,11)	(169.389,64)
Outros Créditos		76.969,73	-
Diversos		76.969,73	-
Permanente		9.463.208,02	9.128.280,75
Investimentos		5.975.001,43	5.569.372,70
Outros Investimentos		5.975.001,43	5.569.372,70
Imobilizado em Uso		3.403.552,61	3.428.227,01
Outras Imobilizações de Uso		3.771.641,77	3.758.018,58
(Depreciações Acumuladas)		(368.089,16)	(329.791,57)
Intangível		84.653,98	130.681,04
Ativos Intangíveis		266.285,45	268.448,69
(Amortização Acumulada)		(181.631,47)	(137.767,65)
TOTAL DO ATIVO		247.069.240,92	168.329.321,06

PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	220.048.334,54	146.986.231,69
Depósitos	33.997.360,63	25.823.909,72
Depósitos a Prazo	33.997.360,63	25.823.909,72
Relações Interfinanceiras	182.704.403,29	116.600.200,67
Centralização Financeira - Cooperativas	182.704.403,29	116.600.200,67
Outras Obrigações	3.346.570,62	4.562.121,30
Sociais e Estatutárias	194.975,13	242.356,55
Fiscais e Previdenciárias	158.976,69	283.412,05
Diversas	2.992.618,80	4.036.352,70
Exigível a Longo Prazo	96.959,81	-
Outras Obrigações	96.959,81	-
Diversas	96.959,81	-
Patrimônio Líquido	26.923.946,57	21.343.089,37
Capital Social	25.803.981,17	20.361.374,57
De Domiciliados no País	25.803.981,17	20.361.374,57
Reserva de Lucros	1.025.372,89	980.311,56
Sobras/Perdas Acumuladas	94.592,51	1.403,24
TOTAL	247.069.240,92	168.329.321,06

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS

Para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

DSP	Notas	2º Sem	31/12/2018	31/12/2017
RECEITAS (INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		6.395.237,96	11.899.109,66	14.101.230,24
Operações de Crédito		569.623,07	1.016.136,56	1.170.971,39
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		5.825.614,89	10.882.973,10	12.930.258,85
DESPESAS (DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(947.015,75)	(1.710.856,92)	(2.545.030,18)
Operações de Captação no Mercado		(951.981,27)	(1.807.191,88)	(2.450.243,07)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		4.965,52	96.334,96	(94.787,11)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		5.448.222,21	10.188.252,74	11.556.200,06
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS		(4.682.822,99)	(8.329.339,46)	(10.737.410,97)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		4.301,15	11.195,48	9.655,65
Despesas (Dispêndios) de Pessoal		(2.981.257,32)	(5.677.148,90)	(5.168.831,52)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas		(793.038,14)	(1.407.933,92)	(3.140.450,13)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(15.202,16)	(29.400,79)	(28.763,79)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais		3.864.442,20	7.661.151,32	7.770.059,64
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais		(82,32)	(15.227,85)	(146.482,26)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		(4.761.986,40)	(8.871.974,80)	(10.032.598,56)
RESULTADO OPERACIONAL		765.399,22	1.858.913,28	818.789,09
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(1.850,04)	208,76	586.179,90
Despesas Não Operacionais		(1.850,04)	(12.041,24)	(53.996,88)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		763.549,18	1.859.122,04	1.404.968,99
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(2.000,00)	(2.218,62)	(149.329,48)
Provisão para Imposto de Renda		(1.000,00)	(1.100,26)	(85.540,06)
Provisão para Contribuição Social		(1.000,00)	(1.118,36)	(63.789,42)
SOBRAS/PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES		761.549,18	1.856.903,42	1.255.639,51
DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS		(51.412,07)	(51.412,07)	(226.658,00)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		(7.753,98)	(7.753,98)	(226.010,35)
Reserva Legal		(43.658,09)	(43.658,09)	(647,65)
SOBRAS/PERDAS		710.137,11	1.805.491,35	1.028.981,51
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		(639.085,28)	(1.710.898,84)	(1.027.578,27)
SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS A DISPOSIÇÃO DA AGO		71.051,83	94.592,51	1.403,24

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Eventos	Notas	Capital	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Legal		
Saldo em 31/12/2016		16.106.994,86	719.306,87	260.357,04	17.086.658,77
Destinação de Perdas Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas			260.357,04	(260.357,04)	-
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização		4.464.710,85			4.464.710,85
Por Devolução (-)		(1.221.563,21)			(1.221.563,21)
Sobras Líquidas				1.255.639,51	1.255.639,51
Remuneração de Juros ao Capital:					
Provisão de Juros ao Capital				(1.027.578,27)	(1.027.578,27)
Subscrição do Juros ao Capital		1.011.232,07			1.011.232,07
FATES - Atos Não Cooperativos				(225.902,41)	(225.902,41)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
. Fundo de Reserva			647,65	(647,65)	-
. FATES				(107,94)	(107,94)
Saldos em 31/12/2017		20.361.374,57	980.311,56	1.403,24	21.343.089,37
Destinação de Perdas Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas			1.403,24	(1.403,24)	-
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização		5.642.916,77			5.642.916,77
Por Devolução (-)		(200.310,17)			(200.310,17)
Sobras Líquidas				1.856.903,42	1.856.903,42
Remuneração de Juros ao Capital:					
Provisão de Juros ao Capital				(1.710.898,84)	(1.710.898,84)
FATES - Atos Não Cooperativos				(477,63)	(477,63)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
. Fundo de Reserva			43.658,09	(43.658,09)	-
. FATES				(7.276,35)	(7.276,35)
Saldos em 31/12/2018		25.803.981,17	1.025.372,89	94.592,51	26.923.946,57
Saldos em 30/06/2018		21.612.753,36	981.714,80	23.540,68	22.618.008,84
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização		4.191.227,81			4.191.227,81
Perdas Líquidas				761.549,18	761.549,18
Remuneração de Juros ao Capital:					
Provisão de Juros ao Capital				(639.085,28)	(639.085,28)
FATES - Atos Não Cooperativos				(477,63)	(477,63)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
. Fundo de Reserva			43.658,09	(43.658,09)	-
. FATES				(7.276,35)	(7.276,35)
Saldos em 31/12/2018		25.803.981,17	1.025.372,89	94.592,51	26.923.946,57

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS

Para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

DESCRIÇÃO	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício		1.859.122,04	1.404.968,99
IRPJ / CSLL		(2.218,62)	(149.329,48)
Provisão para Operações de Crédito		(96.334,96)	94.787,11
Provisão de Juros ao Capital		(1.710.898,84)	(1.027.578,27)
Depreciações e Amortizações		110.357,80	173.597,60
		160.027,42	496.445,95
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Operações de Crédito		(8.357.382,78)	(20.230.621,61)
Outros Créditos		(351.832,90)	(36.980,60)
Outros Valores e Bens		(22.797,36)	352,08
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Prazo		8.173.450,91	(2.123.276,80)
Outras Obrigações		(1.118.590,87)	2.437.039,01
Relações Interfinanceiras		66.104.202,62	61.781.813,84
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais		10.010.343,36	18.000.985,53
Atividades de Investimentos			
Aplicação no Intangível		(1.021,66)	(23.059,28)
Aquisição De Imobilizado de Uso		(38.634,68)	(2.702.155,44)
Aquisição de investimentos		(405.628,73)	(769.437,05)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(445.285,07)	(3.494.651,77)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		5.642.916,77	4.464.710,85
Devolução de Capital à Cooperados		(200.310,17)	(1.221.563,21)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos		(477,63)	(225.902,41)
FATES Sobras Exercício		(7.276,35)	(107,94)
Subscrição do Juros ao Capital		-	1.011.232,07
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		5.434.852,62	4.028.369,36
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades		14.999.910,91	18.534.703,12
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	4	33.163.419,48	14.628.716,36
No Fim do Período	4	48.163.330,39	33.163.419,48
Variação Líquida das Disponibilidades		14.999.910,91	18.534.703,12

NOTAS EXPLICATIVAS

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO NORDESTE SICOOB CENTRAL NORDESTE - CNPJ: 70.116.611/0001-85

(Em Reais)

1. Contexto Operacional

A **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO NORDESTE - SICOOB CENTRAL NE**, é uma cooperativa de crédito de segundo grau, instituição financeira não bancária, fundada em 25 de abril de 1994, filiada e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CENTRAL NE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 25/02/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representado substancialmente por quotas do Sicoob Confederação e ações do Bancoob avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações,

edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2018**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades	3.989,16	5.198,81
Fundo de Investimento - Bancoob Centralização (a)	48.159.341,23	33.158.220,67
TOTAL	48.163.330,39	33.163.419,48

(a) O Fundo de Investimento Bancoob Centralização é utilizado pela Central para gestão de fluxo de caixa e tem características de equivalentes de caixa conforme CPC 03 (R2) e Resolução CMN nº 3.604/2008.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no BANCOOB com remuneração de 101% do CDI, que resultaram em receitas de R\$ 6.355.795,77 e R\$ 8.244.935,77 em 31/12/2018 e 31/12/2017, respectivamente.

6. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de dezembro de 2018 e 2017**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Fundo de Investimento - Sicoob institucional	48.159.341,23	33.158.220,67
Fundo de Investimento - Bancoob Centralização	45.892.312,84	40.051.942,72
TOTAL	94.051.654,07	73.210.163,39

Os rendimentos auferidos com títulos e valores mobiliários nos semestres findos em 31/12/2017 e 31/12/2016 foram respectivamente R\$ 4.527.177,33 e R\$ 4.685.323,08.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos	32.486.385,50	4.210.822,46	36.697.207,96	28.339.825,18
(-) Provisões para Operações de Crédito	(17.969,05)	(21.054,11)	(39.023,16)	(135.358,12)
TOTAL	32.468.416,45	4.189.768,35	36.658.184,80	28.204.467,06

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimos	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA	-	Normal	28.892.575,14	28.892.575,14		6.268.202,24	
A	0,5%	Normal	7.804.632,82	7.804.632,82	(39.023,16)	21.071.622,94	(105.358,12)
C	3%	Normal	-	-	-	1.000.000,00	(30.000,00)
Total Normal			36.697.207,96	36.697.207,96	(39.023,16)	28.339.825,18	(135.358,12)
Total Geral			36.697.207,96	36.697.207,96	(39.023,16)	28.339.825,18	(135.358,12)
Provisões			(39.023,16)	(39.023,16)		(135.358,12)	
Total Líquido			36.658.184,80	36.658.184,80		28.204.467,06	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	13.474.025,70	19.012.359,80	4.210.822,46	36.697.207,96
TOTAL	13.474.025,70	19.012.359,80	4.210.822,46	36.697.207,96

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos	31/12/2018	% da Carteira
Cooperativas	36.697.207,96	36.697.207,96	100%
TOTAL	36.697.207,96	36.697.207,96	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(135.358,12)	(40.571,01)
Constituições	-	(94.787,11)

Reversões	96.334,96	-
TOTAL	(39.023,16)	(135.358,12)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	21.173.518,78	58,00%	17.271.779,49	61,00%
10 Maiores Devedores	36.697.207,96	100,00%	28.339.825,18	100,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Créditos baixados há mais de 49 meses	2.393.540,42	2.393.540,42
TOTAL	2.393.540,42	2.393.540,42

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Rendas a Receber	53,07	515.075,03
Diversos (a)	263.501,70	229.641,21
Adiantamentos por Conta de Imobilizações (a)	832.994,37	-
TOTAL	1.096.549,14	744.716,24

(a) Saldo referente a adiantamentos por conta de imobilizações relacionadas a equipamentos e materiais para infraestrutura da nova sede

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Material em Estoque	26.220,78	25.645,73
Despesas Antecipadas (a)	91.473,01	69.250,70
TOTAL	117.693,79	94.896,43

(a) Refere-se a despesas antecipadas provisionadas no mês de referência para liquidação em mês subsequente, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, processamento de dados, vale alimentação e refeição e outros.

10. Investimentos

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sicoob Confederação	4.173.787,72	4.078.453,77
Bancoob	1.502.723,19	1.262.538,53
Confedras e CNAC	285.374,12	215.264,00
Telebras e Sicoob Adm e Corretora de Seguros	13.116,40	13.116,40
TOTAL	5.975.001,43	5.569.372,70

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	3.200.000,00	3.200.000,00	
Móveis e equipamentos de Uso	183.030,77	185.623,96	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(102.769,73)	(88.039,38)	
Sistema de Comunicação	41.766,45	33.347,36	10%
Sistema de Processamento de Dados	344.529,55	336.732,26	20%
Sistema de Segurança	2.315,00	2.315,00	10%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(265.319,43)	(241.752,19)	
TOTAL	3.403.552,61	3.428.227,01	

(a) Foi realizada permuta do terreno e das edificações da atual sede do SICOOB CENTRAL NE em troca de 6 unidades de um prédio comercial em construção. O contrato particular de compra e venda firmado entre o SICOOB CENTRAL NE e a imobiliária prevê o pagamento de R\$ 550.000 à vista, R\$ 1.000.000 em 10 parcelas, R\$ 550.000 após expedição do habite-se e ainda o valor de R\$ 1.100.000 correspondente à permuta (R\$ 3.200.000 no total). Essa transação foi registrada pelo seu valor integral como imobilizações em curso em contrapartida de outras obrigações - diversas no passivo e os valores correspondentes à atual sede do SICOOB CENTRAL NE foram baixados em contrapartida do registro desse passivo, resultando em um ganho de capital de R\$ 638.940,72 registrado como receitas não operacionais.

12. Depósitos

Depósitos a prazo mantidos no SICOOB CENTRAL NE pelas cooperativas singulares filiadas remunerados em 100% do CDI, incorrendo em despesas de captação de R\$ 1.807.191,88 e R\$ 2.450.243,07 nos exercícios de 2018 e 2017, respectivamente.

13. Relações Interfinanceiras

Refere-se aos valores mantidos pelas cooperativas integrantes do Sistema SICOOB CENTRAL NE para fins de centralização financeira remunerada em 100% do CDI, incorrendo em despesas de R\$ 8.871.974,80 e R\$ 10.032.598,56 nos exercícios de 2018 e 2017, respectivamente, classificadas como Dispêndios com Depósitos Intercooperativos.

14. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Sociais e Estatutárias 14.1	194.975,13	242.356,55
Fiscais e Previdenciárias 14.2	158.976,69	283.412,05
Diversas 14.3	3.089.578,61	4.036.352,70
TOTAL	3.443.530,43	4.562.121,30

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados (a)	7.384,29	107,94
Resultado de Atos com Não Associados (a)	183.978,66	225.902,41
Cotas de Capital a Pagar	3.612,18	16.346,20
TOTAL	194.975,13	242.356,55

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo

de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para impostos e contribuições / lucros	2.000,00	145.930,12
Impostos e contribuições a recolher	156.976,69	137.481,93
TOTAL	158.976,69	283.412,05

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	561.288,80	1.575.110,45
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	1.939.531,83	1.876.741,17
Provisões de despesas de pessoal (c)	490.373,18	448.034,11
Provisão para Passivos Contingentes	96.959,81	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	-	133.684,40
Credores Diversos - País	1.424,99	2.782,57
TOTAL	3.089.578,61	4.036.352,70

(a) Composto substancialmente por obrigações por aquisição de nova sede do SICOOB CENTRAL NE ainda em construção em 31.12.2018 conforme Nota Explicativa 11ª no montante de R\$ 550.000,00 em 31.12.2018 (R\$ 1.550.000 em 31/12/2017).

(b) Referem-se a despesas relacionadas a serviços administrativos, tais como auditoria externa, processamento de dados, propaganda e publicidade e serviços de consultas informativas a órgão regulador. Em 2017 foram realizadas cobranças atípicas referentes ao serviço de consultas eletrônicas fornecido Banco Central do Brasil às cooperativas singulares filiadas ao SICOOB CENTRAL NE, as quais foram devidamente provisionadas conforme faturas no montante de R\$ 796.455,41. O SICOOB CENTRAL NE entrou com recurso administrativo contra as referidas cobranças, motivo pelo qual ainda não foi liquidado o referido passivo.

(c) Referem-se à provisão para despesas com pessoal (Férias, 13º e respectivos encargos).

15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CENTRAL NE** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de 2018, o **SICOOB CENTRAL NE** aumentou seu capital social no montante de R\$

5.442.606,60 com recursos provenientes das Cotas Partes, integralizadas pelas cooperativas filiadas.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	25.803.981,17	20.361.374,57
Associados	14	14

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades nos termos da Lei 5.764/71.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23 de março de 2018, os cooperados deliberaram pela destinação total das sobras do exercício de 2017 para aumento da Reserva, no valor de R\$ 1.403,24.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2018	2017
Sobra líquida do exercício	146.004,58	228.061,27
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(477,63)	(225.902,41)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	145.526,95	2.158,86
Destinações estatutárias	(50.934,44)	(755,59)
Reserva legal - 30%	(43.658,09)	(647,65)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(7.276,35)	(107,94)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	94.592,51	1.403,27

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Resultado operacional	(1.893,41)	(262.890,29)
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	2.589,66	638.122,18
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	696,25	375.231,89
Imposto de renda e da contribuição social	(218,62)	(149.329,48)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	477,63	225.902,41

18. Provisão de Juros ao Capital

O **SICOOB CENTRAL NE** provisionou juros ao capital próprio para remuneração do capital das cooperativas singulares filiadas. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A provisão para remuneração foi limitada ao valor de 100% da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC e está demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

19. Receitas Operações de Crédito

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	-	1.048,15
Rendas de Empréstimos	1.016.136,56	1.169.923,24
TOTAL	1.016.136,56	1.170.971,39

20. Dispêndios com Pessoal

Descrição	2018	2017
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(22.081,60)	(22.398,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(311.173,60)	(291.101,78)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.051.658,28)	(996.453,60)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.001.232,57)	(987.537,60)
Despesas de Pessoal - Proventos	(3.086.209,67)	(2.776.309,90)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(164.645,18)	(59.757,76)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(40.148,00)	(35.272,88)
TOTAL	(5.677.148,90)	(5.168.831,52)

21. Outros Dispêndios Administrativos

Descrição	2018	2017
Despesas de água, energia e gás	(61.147,33)	(54.936,53)
Despesas de aluguéis	(15.168,13)	(33.540,40)
Despesas de comunicações	(145.835,10)	(146.077,67)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(11.000,00)	(12.000,00)
Despesas de material	(33.214,29)	(21.871,55)
Despesas de processamento de dados	(303.200,04)	(1.094.320,17)
Despesas de promoções e relações públicas	(6.000,00)	(9.000,00)
Despesas de propaganda e publicidade	(6.000,00)	(6.000,00)
Despesas de publicações	(5.240,34)	(5.100,00)
Despesas de seguros	(3.983,26)	(2.849,54)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(49.139,38)	(868.187,87)
Despesas de serviços de terceiros	(7.844,97)	(7.281,66)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(44.537,34)	(5.400,00)
Despesas de serviços técnicos especializados	(140.391,65)	(445.375,90)
Despesas de transporte	(3.554,74)	(3.595,01)
Despesas de viagem ao exterior	(25.848,39)	(17.445,98)
Despesas de viagem no país	(292.106,14)	(184.541,95)
Outras despesas administrativas	(140.810,82)	(47.639,68)
Despesas de amortização	(47.048,72)	(46.380,77)
Despesas de depreciação	(63.309,08)	(127.216,83)
Emolumentos judiciais e cartorários	(600,00)	(600,00)
Contribuição a OCE	(1.954,20)	(1.088,62)
TOTAL	(1.407.933,92)	(3.140.450,13)

22. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	583.197,71	582.837,04
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	147.196,59	2.603,04
Rateio de despesas da central entre filiadas	6.420.000,00	6.180.000,00
Outras Rendas Operacionais	510.757,02	1.004.619,56
TOTAL	7.661.151,32	7.770.059,64

23. Partes Relacionadas

a) Cooperativas Singulares

Transação	Ativo/ (Passivo/PL)		Receitas/ (Despesas)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Operações de Crédito	36.658.184,80	28.204.467,06	1.016.136,56	1.170.971,39
Valores a receber				
Rateio/Alocação Filiadas			6.420.000,00	6.180.000,00
Centralização Financeira	(182.704.403,29)	(116.600.200,67)	(8.871.974,80)	(10.032.598,56)
Depósitos a prazo	(33.997.360,63)	(25.823.909,72)	(1.807.191,88)	(2.450.243,07)
Patrimônio Líquido				
Capital Social	25.803.981,17	(20.361.374,57)	(1.710.898,84)	(1.027.578,27)

b) Remuneração de partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se à remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, ou seja, as pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa Central, inclusive diretores. Compõem os valores dessa remuneração todos os benefícios concedidos pelo **SICOOB CENTRAL NE** do pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(22.081,60)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(311.173,60)
Encargos Sociais	(88.720,19)

24. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br).

com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

24.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

24.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

24.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

24.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

24.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

25. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2018	2017
Ativos Ponderados pelos Risco (RWA)	78.870.555,48	59.572.690,76
Patrimônio de Referência (RWARPS)	26.839.292,59	21.243.988,00
Índice de Basileia %	33,97%	35,62%
Razão de Alavancagem (RA) %	10,57%	12,39%
Índice de imobilização %	13,79%	17,36%

27. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Fiscais	96.017,83	76.969,73	-	76.969,73
Trabalhistas	941,98	-	-	-
TOTAL	96.959,81	76.969,73	-	76.969,73

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CENTRAL NE**, existem três processos judiciais cíveis nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 8.000,00.

28. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Sicoob Multi Instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$ 38.458,64.

José Evaldo Campos
Presidente do Conselho de Administração
CPF: 030.067.274-87

Jiuliharleane Jeronimo Gomes Oliveira
Contadora
CPF: 089.386.237-18
CRC/ES-014193/O-7 S-PB

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados
da Central das Cooperativas de Crédito do Nordeste - SICCOOB
CENTRAL NE Cabedelo - PB

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Central das Cooperativas de Crédito do Nordeste - SICCOOB CENTRAL NE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICCOOB CENTRAL NE em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme Nota Explicativa 11a, o SICCOOB CENTRAL NE adquiriu 6 (seis) unidades de um prédio comercial em construção dando como parte do pagamento as edificações e o terreno de sua atual sede, valorizado na transação em R\$ 1.100.000,00. Essa transação foi registrada integralmente no ativo imobilizado em curso no montante de R\$ 3.200.000,00 em contrapartida de outras obrigações

- diversas no passivo. O valor de R\$ 461.059,28 (líquido de depreciações acumuladas) correspondente à atual sede do SICCOOB CENTRAL NE foi baixado em contrapartida desse passivo. Em nosso entendimento, o contrato particular de compra e venda firmado entre o SICCOOB CENTRAL NE e a imobiliária, não prevê a transferência do controle e dos riscos e benefícios entre as partes relativos aos imóveis envolvidos na transação até que haja a entrega das unidades permutadas. Dessa forma, caso a administração tivesse registrado tal transação em conformidade com a Resolução CMN 4.144/2012 o imobilizado estaria, em 31 de dezembro de 2018, reduzido em R\$ 2.738.940,72 e as outras obrigações em R\$ 550.000,00. O impacto contábil da transação em 31 de dezembro de 2018 se resumiria ao registro das antecipações de pagamento realizadas até esta data, no montante de R\$ 1.550.000,00, na conta de outros créditos do ativo circulante.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes

previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Central é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2019.

Aldo Henrique Batista Rodrigues
Contador CRC DF 023897/O
CNAI 4779

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Central das Cooperativas de Crédito do Nordeste – SICOOB CENTRAL NE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após o exame mensal dos Balancetes e das Demonstrações Financeiras e Contábeis, relativos ao exercício de 2018, bem como, considerando o acompanhamento e fiscalização realizados ao longo do exercício social, declara que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central.

O parecer do Conselho Fiscal é favorável e recomenda que os documentos acima citados sejam aprovados pelas Filiadas cooperadas na Assembleia Geral Ordinária.

Registramos que as observações feitas por este Conselho Fiscal, no decorrer do exercício findo, ao SICOOB CENTRAL NE foram devidamente consideradas.

Cabedelo/PB, 24 de janeiro de 2019.

Eloi Eduardo Pritzel
Conselheiro Fiscal – Coordenador

Raimundo Gilson Vieira Frade
Conselheiro Fiscal

Vanderlei Trombela
Conselheiro Fiscal



SICOOB